

# EM NOVOS RUMOS: A PSICOLOGIA ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR

Adrielli Santos Gonçalves<sup>1</sup>  
Marjory Everlyn Santos Figueira<sup>2</sup>  
Mayara Rafaella Oliveira Barbosa<sup>3</sup>  
Sandra Patrícia Lamenha Peixoto<sup>4</sup>

Psicologia



ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

## RESUMO

No princípio, o psicólogo escolar teve sua atuação mais direcionada ao ambiente escolar e iniciou seus trabalhos com métodos de mensuração e segregação. Atualmente, o profissional vem atravessando um processo de ressignificação, onde passa a adentrar diferentes campos de atuação, sendo um destes o ensino superior. Esta pesquisa apresenta à práxis da Psicologia Escolar no ensino superior, e com base para a discussão, foram utilizados os pressupostos da teoria sócio interacionista de Vygotsky e seu conceito de mediação. Na construção do artigo, foi feito um levantamento bibliográfico, apoiado em dados de pesquisas da área, livros, artigos, teses de mestrado e doutorado, e em mídia eletrônica. Considera-se de grande importância a participação desse profissional no ensino superior, de forma a contribuir para o desenvolvimento desse espaço permeado por diversas relações, prezando primeiramente pela qualidade do ensino, o vínculo entre instituição-aluno e as relações interpessoais presentes.

## PALAVRAS-CHAVE

Ensino Superior. Psicologia Escolar. Mediação.

## ABSTRACT

In the beginning, the school psychologist had its better focused to the school environment and began its work with measurement and segregation methods. Currently, the professional comes through a redefinition process, which is now entering different fields of action, one of them higher education. This research presents the practice of School Psychology in higher education, and with a basis for discussion, the assumptions of socio-interactionist theory of Vygotsky and his concept of mediation were used. The construction of the article, was made a literature review, supported by research data area, books, articles, master and doctoral theses, and in electronic media. It is considered very important the participation of the professional higher education in order to contribute to the development of this space permeated with various relationships, valuing primarily by the quality of education, the link between institution and student interpersonal relationships present.

## KEYWORDS

Higher Education. School Psychology. Mediation.

## 1 INTRODUÇÃO

No início a Psicologia Escolar foi fundamentada no modelo experimental da psicometria, limitada apenas a aplicação de testes de inteligência, para medir a capacidade intelectual das crianças, transformando as escolas em laboratórios. Sucessivamente, esse profissional passou a utilizar o modelo clínico, atrelado ao modelo higienista, com a realização de diagnósticos, trazendo para a sua prática uma representação apoiada na visão de saúde-doença derivada da medicina, tendo assim, a visão de criança-problema. De acordo com Lima (2005, p. 21) a "[...] psicologia sempre se fez presente na educação, principalmente criando critérios para classificar as crianças que não estavam adaptadas aos padrões ideais estabelecidos pela classe social dominante, nos diferentes períodos históricos".

Gradativamente, o psicólogo escolar despreendeu-se destes modelos, visando uma prática mais efetiva, com um olhar diferenciado, agindo em benefício do aluno e do seu desenvolvimento, junto aos profissionais agregados ao sistema educativo, e ainda com familiares e comunidade.

Dessa forma, o psicólogo escolar passa a adentrar novos contextos, fora dos muros da escola, surgindo à emergência da atuação no ambiente acadêmico, pois este local envolve questões emocionais, culturais, sociais, interpessoais, de diferentes gerações desde o jovem ao idoso, assim torna-se essencial um assessoramento diante das demandas emergidas nas Instituições de Ensino Superior.

Benefícios são proporcionados, tanto ao aluno quanto a instituição para que seja priorizado o alcance do bom desempenho educativo. Todavia, o profissional ainda precisa ter uma visão ampliada de sua práxis, Sampaio (2010) traz de uma forma crítica a inserção deste na Instituição de Ensino Superior (IES), uma vez que, o psicólogo precisa trocar seus hábitos e maneiras de pensar sobre sua prática nos espaços educacionais, desmistificando o pensamento focado em problemas e dificuldades, para que não repita a antiga prática no ensino superior assim como no ensino fundamental, médio e creches.

O psicólogo encontra no contexto, das IES, uma porta de entrada para sua atuação, sendo um ambiente importante, pois visa o desenvolvimento do sujeito, seu crescimento intelectual e suas inter-relações.

Frente à expansão desse nível de ensino há uma maior procura de pessoas que buscam o crescimento profissional, pois é por meio deste que se possibilita a inserção no mercado de trabalho e isso se permite a partir das demandas sociais e do avanço global. Devido a este crescimento é importante discutir a Psicologia Escolar (PE) nas IES, para que esta possa se consolidar neste novo espaço e que os profissionais observem este contexto como um campo atrativo. No entanto, são poucas as pesquisas nesse meio e acredita-se que sejam imprescindíveis os estudos nessa temática. Desse modo, este trabalho se propõe a contribuir com a apresentação de um estudo bibliográfico desse tema, psicologia escolar no ensino superior, se propondo assim, a caminhar pelo contexto histórico da PE em suas principais contribuições no Brasil.

Apresentará, também, os principais pontos históricos da Educação Superior, e como se encontra na atualidade. Finalizando com a correlação da PE com o ensino superior, em que apresentará a forma como acontece a atuação do profissional nesse contexto institucional, e os pontos importantes da participação do psicólogo escolar nas IES, baseando-se na teoria sociointeracionista de Vygotsky e seu conceito de mediação.

## **2 METODOLOGIA**

Com o estudo, pretendeu-se identificar e analisar a relação entre a integração na educação superior e a atuação do psicólogo escolar, fundamentada na teoria de mediação de Vygotsky. Esta pesquisa foi feita por meio de levantamento bibliográfico para nortear a compreensão e entendimento sobre o tema, utilizando-se de dados de pesquisas da área, livros, artigos, teses de mestrado e doutorado, e em mídia eletrônica.

## **3 UM BREVE HISTÓRICO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL – DO INÍCIO À CONTEMPORANEIDADE**

A Psicologia Escolar surgiu em meados do século XIX, trazendo para o seu legado essa visão da mensuração, oriunda dos laboratórios de pesquisa. No Brasil, assim

como no mundo, o psicólogo escolar detinha uma visão segregadora, pois se concentrava em um modelo psicométrico, ou seja, na aplicação de testes, com o intuito de medir a capacidade intelectual dos escolares. Esta postura classificava o aluno, incapacitando e o impedindo de vivenciar a educação regular, este exemplo trazia para educação um modelo negativo de atuação (LIMA, 2005).

O psicólogo escolar introduzido nas escolas tinha o intuito de adequar comportamentos, na busca pela padronização. Sua atuação foi direcionada, se atualizando ao modelo ideal da época, pois se preocupava com a adaptação dos indivíduos ao ambiente escolar. Com o passar do tempo a psicologia passou a utilizar da medicina para sua atuação, na tentativa de tratar e amenizar comportamentos considerados inadequados. Segundo Corrêa (2011, p. 7),

A Psicologia Escolar sofreu grande influência dos modelos higienistas da época. Esses modelos eram baseados numa atuação clínica e levavam em consideração a relação doença-cura, advindos da medicina. A Psicologia Escolar adotou, então, esse referencial clínico com vista à adaptação dos alunos ditos "problemas" as normas institucionais.

No período higienista em vigência, a Psicologia passou a desenvolver clínicas psicológicas, que prestavam serviços para as escolas, trabalhando com o diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem dos alunos, no contexto de saúde mental (OLIVEIRA, 2011). Ainda neste período, em meados da década de 1920, o modelo preventivo trazia a visão de que a psicologia deveria se adiantar às dificuldades e cuidar do controle do bem-estar social e individual da nação (LIMA, 2005).

Mediante aos avanços, a psicologia firmou-se por nos anos 1960 quando iniciaram as primeiras turmas de graduação na Universidade de São Paulo com disciplinas de psicologia escolar e problemas de aprendizagem (PATTO, 1995).

Até o fim dos anos 1970 a Psicologia Escolar foi alicerçada no diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. Porém, grandes mudanças ocorreram "Com a publicação da Lei Federal 5.766/71, que trata da criação dos Conselhos de Psicologia e a conseqüente obrigatoriedade de registro para atuação como psicólogo, [...]" (CASSINS, 2007, p. 21). A lei traz para a profissão uma democratização, com oportunidades de discussões e reivindicações dos direitos dos profissionais.

Nos anos 1980 surge um marco teórico na história da PE no Brasil, o destaque se deve a Maria Helena Souza Patto, que desenvolveu um trabalho intitulado a Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar, sendo as críticas discutidas pela autora importantes para o crescimento da ciência no Brasil (SOUZA, 2007). Patto foi essencial, pois

Num país em que as estatísticas tanto encobrem a real situação de milhares de crianças e jovens nas diversas escolas públicas do Brasil, já que a análise governamental, muitas das vezes, se baseia apenas no aumento da quantidade de alunos que frequentam o ensino fundamental e médio, a presença de uma autora que, desde os anos 1980, vem produzindo sistematicamente um diálogo com este campo se faz sempre urgente para uma leitura rebelde dos encontros da Psicologia com o espaço escolar. (MACIEL, 2012, p. 332).

Em seus estudos traz a idealização de atuação preventiva, com a visão de que inúmeros fatores implicam na aprendizagem, demonstrando aversão à medicalização e psicologização do fracasso. Surgindo um momento que a atuação em PE começa a ser repensada, ocasionando no distanciamento de práticas antigas e trazendo uma atuação mais crítica (CORRÊA, 2011). Desse modo,

[...] atuação do psicólogo escolar passou a considerar os aspectos relacionais, coletivos e institucionais na relação ensinar-aprender. Assim, a Psicologia Escolar foi se construindo e ganhando espaço, numa atuação para além das práticas tradicionais e dos contextos formais de aprendizagem. Nessa mesma década, os psicólogos passaram a se organizar em sindicatos e conselhos. (CORRÊA, 2011, p. 7).

A PE vem adquirindo, ao longo dos anos, um olhar diferenciado em uma atuação mais coletiva, com o compromisso social, buscando a intervenção das relações dentro do ambiente educativo, e assumindo outras funções. Logo,

[...] a atuação preventiva se coaduna a uma perspectiva relacional, onde ações do psicólogo escolar passam estar centradas na mediação das relações que se estabelecem na escola entre os diversos autores que a compõem (alunos, professores, direção, pais, etc.), assumindo, assim, funções de assessoria, de consultoria e participando de decisões referentes ao projeto pedagógico e as questões organizacionais do ambiente escolar. (ROSA, 2009, p. 42).

Desse modo, o profissional precisa desenvolver um perfil para transitar entre atividades individuais e coletivas, mostrando que esse processo de dinamização faz parte da sua prática, atrelando o seu conhecimento teórico a um olhar crítico. Embora o psicólogo escolar ainda esteja mais direcionado aos alunos, este visará sempre pela qualidade de todo o processo.

O mesmo tem a possibilidade de intervir e desenvolver trabalhos, projetos e entre outras atividades de acordo com a necessidade da instituição de ensino, essas medidas contribuem de forma positiva. Ser psicólogo escolar não é fácil, pois além de sua formação, precisa se aperfeiçoar para atuar em instituições de ensino, o que requer propriedade em toda a atividade do ambiente e em especial o acompanhamento e a intervenção em situação de grupos (GUZZO, 2008).

O profissional da psicologia ao ingressar no núcleo educativo soma-se a equipe. Consequentemente Cassins (2007, p. 22) aponta que, "ao psicólogo escolar/educacional cabe integrar a teia de relações e fazer parte da equipe multiprofissional, que envolve o processo ensino/aprendizagem, levando em conta o desenvolvimento global do estudante e da comunidade educativa". Vale salientar que a educação é extremamente importante no desenvolvimento humano, e merece ser assistido pela psicologia, por isso deve-se compreender a estruturação do ambiente a ser inserido, neste caso do ensino superior.

#### **4 O ENSINO SUPERIOR – AS BASES DA REFORMA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL**

O marco na história da educação e do ensino superior foi à criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)– Lei nº 4024, discutida durante treze anos e vigorada em 1961, que reorganizou o ensino superior reunindo-o em universidades e defendeu a liberdade de ensino, porém por ter ficado por tanto tempo em discussão ficou ultrapassada por causa das novas exigências do país. A LDB prevê como objetivo para a educação superior a pesquisa, o desenvolvimento do ensino e formação dos educadores (ARANHA, 2006; PILETTI; PILETTI, 2009; SOUZA, 1991).

Anos após, o Brasil sofre o golpe militar, que vai de 1964 a 1985, os estudantes, assim com o restante da população, sofreram represálias, principalmente durante o primeiro ano do governo ditatorial – 1964. Em decorrência das muitas revoltas estudantis, o regime militar decidiu fazer a reforma do nível superior, numa tentativa de cessar os reclames, conforme Piletti e Piletti (2009, p. 235), "[...] invés de atender aos reclamos dos estudantes por mais vagas nas universidades públicas, o Governo Federal procedeu à Reforma Universitária, através da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968". Essa lei maquiou o problema, fazendo calar a boca dos revolucionários, pois modificou o vestibular, já que "pôs fim à crise dos excedentes, criando o vestibular classificatório. O critério deixava de ser a nota de aprovação, para ser aceito apenas o número de candidatos condizente com as vagas, [...]" (ARANHA, 2006, p. 315). Sendo esse um dos maiores atos da reforma.

O ensino superior tem sua evolução por volta da década de 1990, por se espelhar no modelo globalizado mundial que internacionalizou o sistema educacional superior para acarretar em ascensão social, a privatização e ampliação dessa educação superior expandiu por todo o país.

Esta fase de modernização [...] caracterizada pela expansão do número e tamanho das instituições, a privatização do setor, a interiorização de novas instituições e a diversificação da comunidade acadêmica e de cursos inclusive com a legitimação de cursos noturnos e em períodos especiais, como os cursos de férias para docente da educação básica. Também surgem nessa fase as instituições multicampi e comunitárias, como forma peculiar de processo de aglutinação. Este período revela acentuada expansão das chamadas novas Universidades, do setor privado, com marcante vocação empresarial. (LUCEEMOROSINI APUD MARINHO; ARAÚJO, 2009, p. 166).

O sistema de governo do Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002) entendeu que essa mudança seria necessária para a diminuição dos gastos públicos e para a extensão da diversidade do ensino a fim de que este se tornasse mais flexível e acessível a uma demanda cada vez maior de acadêmicos.

[...] o modelo de universidade baseado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão apresentar-se-ia muito oneroso para o estado, especialmente em países em desenvolvimento, inviabilizando sua manutenção a médio e longo prazo (CATANI; OLIVEIRA, 2000, SGUISSARDI; AMARAL, 2000; SILVA; SGUISSARDI, 2001 APUD MARINHO-ARAÚJO, 2009, p.170).

Com esse modelo de tornar mais abrangente o acesso às IES, viu-se necessário essa forma de aplicação da privatização, porém muitas críticas foram pertinentes, pois era seguido de um modelo neoliberalista adotado por essa implantação política da década de 1990, o que passou a provocar a mercantilização da formação universitária, gerando uma grande modificação nesse cenário de universidade pública. O modelo capitalista não mais era suficiente para o momento, fomentando o desenvolvimento do modelo das políticas neoliberais (PAULA; CARDOSO, 2011).

O plano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) continuou com o processo educativo, acarretando em estratégias para a implantação de mudanças que trouxe aos brasileiros possibilidades de ingressar no ensino superior, esse plano de governo teve como prioridade a expansão dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) e IES sendo estes, considerados “[...] um dos elementos propiciadores da qualidade e autonomia universitárias” (MARINHO-ARAÚJO, 2009, p. 172).

Ocorreram mudanças significativas no ensino superior desde o decreto de lei nº 10.172 de 2001, no Plano Nacional de Educação (PNE) que foi aprovado pelo Congresso Nacional, ainda no governo anterior, e contemplado nessa presidência,



refere-se que “nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior” (PRESIDÊNCIA..., 2001, p. 35).

A evolução do país dependerá desse forte investimento no saber para fundamentar sua produção científica e tecnológica.

Programas criados pelo governo Lula acarretou ganhos positivos para extensão do ensino superior, o que provocou segundo Paula e Cardoso (2011, p. 6), a liberação de investimentos,

[...] na expansão e democratização do setor público de educação superior, através de diferentes [...] ações, tais como: REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), incluindo a interiorização das universidades federais, a criação de várias universidades federais novas, do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com base na educação a distância, a implementação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), que estão associados às escolas técnicas e que vêm sendo criados com uma velocidade nunca antes vista, entre outros.

Outros programas estabelecidos por este mesmo governo que se tornaram popular entre os estudantes. São o Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), sendo o Fies um programa que visa financiar a graduação em IES privadas, com bolsas integrais ou parciais com juros de 3,4, já o Prouni concede bolsas de estudos integrais ou parciais a alunos carentes em IES privadas (MEC/FIES, 2011; MEC/PROUNI, 2005).

O vestibular, também, se modificou nesse período, com a efetuação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que foi criado em 1998 com o propósito de avaliar no final do ensino médio, o desempenho do estudante visando, contribuir para a qualidade do grau de escolaridade, passando a ser utilizado em 2009 com a finalidade de unificar o vestibular sendo um mecanismo para o ingresso nas Universidades Federais (INEP, 2011).

O índice de IES privadas no Brasil ainda é maior que as IFES, porém são nesta última o alto número de matrículas preenchidas por estudantes que querem cursar o ensino superior, a oferta do curso para universitários é de 32 mil, em 2,4 mil IES, sendo 301 públicas e duas mil privadas, cerca de 53,4% matrículas realizadas em universidades e 29,2% concretizam matrículas em faculdades, (INEP, 2014). Percebe-se que a oferta por IES privadas é enorme, mas muitos estudantes ainda não podem se inserir no ensino superior privado por não possuir renda suficiente para se manter nessa rede de ensino.



## 5 O CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR – PROCESSOS DE MEDIAÇÃO E PRÁTICA DA PSICOLOGIA ESCOLAR

O ensino superior vem de maneira subsequente à escola, agregando valores a mesma, uma vez que “[...] é em qualquer sociedade um dos motores do desenvolvimento econômico e, ao mesmo, tempo um dos pólos da educação ao longo de toda vida. É simultaneamente depositário e criador de conhecimento” (DELORS, 1996, p. 109). Diante dessa afirmação, entende-se que o ensino superior, é voltado para a formação profissional, que direciona o acadêmico ao mercado de trabalho, com base em suas atividades teórico/práticas.

O indivíduo passa a ampliar suas aptidões e potencializar seus conhecimentos, pois o ambiente institucional propicia, além de pesquisas, a cultura, a interação interpessoal o reconhecimento de suas habilidades etc. É de responsabilidade dos estudantes em incorporar a proposta educacional da instituição, ou seja, precisam entender a sugestão de ensino e se adaptar a esta, deixando de lado velhos hábitos de estudo, para tornarem-se mais maduros ao processo. Cunha e Carrilho (2005, p. 216) apontam que,

Nesta fase, o estudante experiencia vários desafios provenientes das tarefas psicológicas normativas inerentes a transição da adolescência para a vida adulta que quando confrontadas com as exigências da vida universitária constitui-se um desafio a ser vencido.

Esse desafio se dá pelo fato da adolescência ser um período de crise, onde o sujeito passa por várias mudanças em um curto espaço de tempo, precisando habituar-se às responsabilidades que a idade apresenta, mas não é só este que passa por dificuldades ao chegar ao nível superior, pois o impacto na adaptação também é sentido pelas pessoas que há muito tempo sem estudar, distantes do processo educativo contínuo. De acordo com Diniz (2005) citado por Moreira (2007) o jovem adulto, quando entra no ensino superior, depara-se com inúmeros desafios de integração como as necessidades de estabelecer novas relações interpessoais, de se enquadrar no clima social, intelectual e acadêmico do meio de estudo e de ter sucesso a partir de sua entrada na instituição.

Observa-se que ainda há a necessidade de compreensão da instituição para com o acadêmico. Já que os autores Cunha e Carrilho (2005, p. 216) abordam a importância de concepção, pois “[...] precisamos olhar o estudante de forma diferenciada e acolhedora, principalmente no momento do seu ingresso no curso superior, por ser o primeiro ano de graduação um período crítico para o seu desenvolvimento e o seu ajustamento acadêmico”.

E para que esse ajustamento seja sem características negativas e situações constrangedoras, as intuições precisam primar pela qualidade no ensino, cuidando para que o aluno avance nos períodos sem maiores problemas e orientando estes para as diferenças que ocorrem nesse ambiente. Para tanto, apresenta-se a proposta da psicologia escolar, trabalhando no contexto do ensino superior com a visão da mediação de Vygotsky.

## 5.1 PROCESSOS DE MEDIAÇÃO

Com as dificuldades de interação que surgem na educação superior o psicólogo escolar encontra na teoria sociointeracionista de Vygotsky, um auxílio a sua práxis, pois segundo Rego (2012, p. 93) “[...] o homem constitui-se como tal através de suas interações sociais, portanto, é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em uma determinada cultura”, ou seja, pode-se perceber que o homem é movido por suas relações com o meio social e com o que é inato, influenciando no seu funcionamento psicológico.

Por ser transformador de seu meio, o ser humano é visto pela abordagem Vygotskyana como um sujeito atrelado às determinações tanto na sua estrutura biológica, quanto na circunstância histórica, sendo internalizador das formas culturais e interventor do meio, uma vez que é na relação dialética com o mundo que o sujeito se constrói e se liberta (REGO, 2012).

No dia a dia das IES, a teoria sociointeracionista é colocada em prática por meio das relações, entre professor-aluno e ampliando esta visão para a relação entre a instituição-aluno, pois a ligação que é estabelecida entre ambos vai muito além da sala de aula, envolvendo todas as relações que são formadas dentro desse contexto. Sampaio (2010, p. 103) traz que,

Outras dimensões da vida acadêmica devem ser pensadas, não apenas relacionadas a desempenho e fluxo, atribuindo igual importância aos aspectos afetivos dessa experiência, da natureza da sociabilidade e da convivência com adultos – professores, gestores e funcionários – e com iguais.

No ensino superior esse processo torna-se crucial, já que as relações humanas estabelecidas durante a vida adulta são decisivas para a aprendizagem, assim como são necessárias durante a infância na fase escolar. A construção de hábitos, posturas, crenças, afetos, expectativas, anseios que são canalizados pelo indivíduo dentro do ambiente institucional e essa dimensão integradora assumem a real relação entre educação e trabalho, propiciando a mediação da psicologia escolar (MARINHO-ARAÚJO, 2009).

A PE embasada no conceito de mediação irá fazer uma ponte entre o sujeito e o meio, buscando intervir e facilitar os processos de autonomia. Assim, para Oliveira (2002, p. 26) citado por Martins e Moser (2012, p. 9) de acordo com a teoria de Vygotsky, “Mediação em termos genéricos é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento”. Neste caso o elemento é o próprio psicólogo escolar.

A mediação, na área da educação, traz a expectativa de uma relação de retorno entre as possibilidades que o indivíduo tem do conhecer, aprender, sendo esta essencialmente central dentro do processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores (FPS) (ZANOLLA, 2012; BERNI, 2007). De acordo com Vygotsky (2008, p. 70) “Todas as funções psíquicas superiores são processos mediados, e os signos constituem o meio básicos para dominá-las e dirigi-las”. Consistindo estes signos na palavra, que tem o papel de meio para a formação de um conceito, tornando-se posteriormente um símbolo (VYGOTSKY, 2008).

As funções psíquicas superiores estão relacionadas ao lado cognitivo do ser humano, como: memória voluntária, planejamento, atenção e imaginação, sendo construídas na herança cultural da humanidade que é apropriada pelo sujeito. Carvalho (2007, p. 9) apresenta em sua tese, que a “[...] apropriação se dá no seio de relações interpessoais, ou seja, no processo educativo, por parte de adultos ou companheiros mais experientes”. Dessa forma, o psicólogo escolar terá a função de estabelecer ligação entre os membros da instituição.

Outro conceito observado na teoria vygotskyana se dá na inter-relação humana, auxiliando nos processos de progressão. Este conceito é o de zona de desenvolvimento proximal que,

[...] é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VYGOTSKY, 2007, p. 97).

Segundo Carvalho (2007) e Berni (2007) a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) é o espaço de trabalho no qual uma pessoa atua para ampliar os conhecimentos do aprendiz e por esta ser uma distância entre a Zona de Desenvolvimento Real (ZDR), ela é a distância entre o que se pode saber com alguma assistência e o que se sabe.

Referente à consideração supracitada, o psicólogo escolar se apropriará destes conceitos, para dar assistência ao acadêmico nas dificuldades concernentes ao que ele já compreende, em suas vivências, e o que ele deve canalizar a partir do processo educativo. Por isso Marinho-Araújo (2009, p. 185) ressalta que, com

[...] base nessas reflexões, defende-se a atuação da psicologia escolar na mediação do desenvolvimento humano adulto que ocorre na Educação Superior, pautada no favorecimento à expressão de subjetividades e ao desenvolvimento profissional competente.

Percebendo assim que o contexto institucional apresenta-se de maneiras a estimular o acadêmico. As implicações geradas no ensino superior têm questões sociais e culturais relacionadas à interação dos indivíduos das IES. Portanto o profissional da PE é apto para lidar com tais questões sendo mediador nesse vasto ambiente.

## 5.2 PRÁTICA DA PSICOLOGIA ESCOLAR

Com o alicerce no referencial teórico de Vygotsky, a PE estabelece um espaço dentro do meio acadêmico, mostrando como é importante se pensar no bem-estar da instituição, seus colaboradores e alunos, pois “acredita-se que os espaços das IES representam a síntese da relação entre trabalho e subjetividade, em perspectiva processual, transformadora e em permanente movimento” (MARINHO-ARAÚJO, 2009, p. 185), sendo um lugar essencialmente de evolução do ser e suas simbologias.

A PE tem por objetivo aumentar a qualidade do processo educacional, desenvolvendo a perspectiva da psicologia. Visando o desenvolvimento do seu trabalho em conjunto com os educadores de forma a tornar o processo de aprendizagem mais efetivo e significativo para os indivíduos inseridos neste contexto.

Focalizando-se as áreas específicas de atuação, a Psicologia Escolar está a serviço de todos os que são educados ou influenciam o processo de desenvolvimento do educando sob todos os aspectos, considerando-se, de modo geral, o processo ensino-aprendizagem baseado no desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social, a estrutura curricular, a orientação e formação continuada de professores e o estabelecimento de parcerias com as famílias desde a Educação Infantil ao Ensino Universitário. (JOLY, 2000, p. 52).

Deste modo, observa-se que o psicólogo escolar no ambiente acadêmico, assim como, no ensino básico, vai além do processo de ensino-aprendizagem trabalhando com o todo da instituição, ou seja, “o trabalho realizado pelos psicólogos está voltado para toda a comunidade acadêmica, e não somente para os alunos, e tem se apoiado tanto em atividades individuais quanto coletivas” (BISINOTO; MARINHO; ALMEIDA, 2011, p. 48).

O trabalho no ensino superior está direcionado a orientação e acompanhamento psicológico, onde é atribuída a este profissional a assessoria nos processos de

ensino-aprendizagem, participação na seleção e treinamento do corpo-docente e técnico, atividades relacionadas na continuidade do corpo docente, análise dos projetos pedagógicos dos cursos, entre outras (BISINOTO; MARINHO; ALMEIDA, 2011).

A partir desse entendimento, ver-se que a práxis do psicólogo escolar é bem ampla diante da demanda das IES, ver-se que sua atuação é muito mais efetiva, por isso não deve estar limitada apenas ao ensino/aprendizagem, envolvendo questões emocionais, afetivas e psicológicas. O psicólogo escolar irá trabalhar também com professores, acolhendo as dificuldades, inquietações e problemas trazidos por estes que interferem na sala de aula. Desta forma, Corrêa (2011), afirma que é uma atuação transformadora e reflexiva que pode ir além das demandas direcionadas a esta. A psicologia tem como papel trabalhar todo o profissional inserido neste contexto, mediando às relações que se fazem presentes. Pois, a

[...] psicologia escolar no ensino superior lidará com a construção e consolidação de identidades profissionais tanto de estudantes quanto de docentes e gestores. Para exercer uma mediação competente em relação aos avanços no desenvolvimento adulto desses participantes, o psicólogo escolar deverá considerar a forte independência entre a cultura institucional e a subjetividade dos envolvidos [...]. (MARINHO-ARAÚJO, 2009, p. 184).

Percebe-se que os métodos explorados pela PE no ensino superior podem estar direcionados aos processos de adaptação, de transição do ensino médio ao superior e de permanência, avaliando ainda a satisfação do estudante quanto ao curso e na busca deste por ascensão profissional, e contribuindo na entrada no mercado de trabalho. Assim como, estar sendo trabalhado, no modelo internacional, pois Oliveira (2011, p. 55) mostra que,

[...] vem crescendo no mundo o número de instituições de educação superior com o intuito de oferecer auxílio psicológico aos estudantes na perspectiva de favorecer sua transição e adaptação a vida universitária, colaborando para o sucesso acadêmico e motivando seu desenvolvimento integral como cidadão e profissional.

O intuito da PE no ambiente acadêmico é objetivado na perspectiva da promoção e prevenção, com a finalidade de obter “subsídios que forneçam às instituições de ensino formas alternativas para a implantação e desenvolvimento de programas preventivos para seus estudantes” (SERPA; SANTOS, 2001, p. 29). Acreditando-se que uma intervenção basicamente remediativa não venha ser o foco da atuação do psicólogo escolar nas IES.

Para atender a demanda do ensino superior, o profissional da PE atua em conjunto com outros profissionais, normalmente acompanhado de pedagogo e assistente social, formando assim uma equipe. O trabalho é desenvolvido no Serviço de Atendimento ao Universitário (SAU), é neste ambiente de apoio que o psicólogo irá atuar em benefício dos indivíduos inseridos. Deste modo, Bisinoto, Marinho e Almeida (2011, p. 46) apresentam que “[...] tradicionalmente a atuação do psicólogo escolar no SAU tem se baseado em uma intervenção clássica, voltada à orientação e ao atendimento de questões individuais, [...]”. No entanto, há controvérsias sobre a atuação no SAU, pois o psicólogo pode apenas se tornar limitado ao atendimento dentro do serviço, recebendo apenas aqueles que procuram o apoio, tendo dificuldade em lidar com a complexidade da IES. Nesta perspectiva Sampaio (2010, p. 101) traz que,

[...], é possível concluir que o que faz o psicólogo nas Instituições de Ensino Superior (IES) é repetir o que ele aprendeu, ou seja, clínica. Não que ela não seja necessária, mas isso atende quanto da população universitária? Os “doentes”, os “deprimidos”, os “desorientados”? E os outros? Aqueles que são a maioria e não apresentam distúrbios, não são objetos de nossa atenção?.

O profissional da PE deve ir além do que é discutido na literatura e ser um agente de transformação, é importante que o profissional possa circular pelo contexto institucional, na tentativa de atender a demanda, e os outros que a autora se questiona, sendo aqueles que não buscam o SAU, pois não é só o aluno que procura o serviço que precisa de apoio. De acordo com Marinho-Araújo (2009, p.190) há um “[...] amplo espaço de ações que poderiam estar a cargo da Psicologia Escolar na Educação Superior”, por isso que esta necessita ter um olhar maximizado do contexto institucional, não se restringindo ao ambiente de trabalho do serviço, para que possa acolher toda a IES, trazendo para este espaço uma atuação diferenciada e inovadora.

Para iniciar o trabalho, nas IES, é imprescindível analisar o contexto em que estas estão inseridas, sendo assim, o psicólogo escolar precisa conhecer a cultura das instituições a partir da elaboração de um criterioso mapeamento institucional, pois Marinho-Araújo (2009) aponta que, mapear a instituição constitui-se como sendo uma etapa básica de sua investigação para criar subsídios que compreendam a realidade e os processos constitutivos das subjetividades que dão base às práticas educativas, visando uma investigação crítica dos avanços, convergências e incoerências entre as influências ideológicas e filosóficas abraçadas nos projetos pedagógicos institucionais.

Tal procedimento irá mostrar recursos e formas de trabalhar, pois de acordo com Marinho-Araújo (2005) e Marinho-Araújo e Almeida (2005), mencionados pela autora supracitada, é a partir do mapeamento institucional que se pretende evidenciar vários indicadores tais como, a qualidade de ensino e prática profissional; as

ações institucionais planejadas; a concepção sobre aprendizagem, educação e currículo; e atividades que evidenciem o desenvolvimento de competências esperadas nos perfis profissionais ofertados.

Como consequência do mapeamento, o psicólogo escolar no ensino superior terá outros meios de intervenção que poderão auxiliar em sua atuação e pesquisa de forma que “[...] contemple três grandes dimensões: 1. Gestão de Políticas, Programas e Processos Educacionais nas IES; 2. Propostas pedagógicas e funcionamento de cursos; 3. Perfil do estudante” (MARINHO-ARAÚJO, 2009, p. 187).

Na primeira dimensão entende-se que o psicólogo escolar poderá assessorar as diversificadas ações atreladas a gestão institucional desde a preparação do projeto de desenvolvimento institucional até o acompanhamento dos métodos avaliativos, participando da comissão de avaliação, além disso, poderá participar ou coordenar algumas ações, projetos e campanhas, utilizando instrumentos de observação e análise dos contextos intersubjetivos que oportunizem uma efetiva escuta.

Na segunda dimensão o mesmo poderá colaborar com a análise das diretrizes e os parâmetros curriculares de cada curso, acompanhando o processo de ensino aprendizagem e atuando em conjunto aos coordenadores e professores. Por fim, na terceira dimensão o psicólogo pode desenvolver pesquisas que possibilitem o conhecimento do perfil estudantil para acompanhar e assessorar no desenvolvimento do mesmo, observando seus aspectos sociodemográficos, socioeconômicos e outros (MARINHO-ARAÚJO, 2009).

Tais dimensões permitem ao psicólogo escolar que este atue dentro de toda a complexidade das IES, promovendo uma excelência na qualidade no ensino/aprendizagem dos alunos, maior integração entre os colaboradores da instituição e primando pela efetividade na construção dos cursos e seus currículos, favorecendo a conscientização nas práticas educativas.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Psicologia Escolar teve seu marco histórico voltado a adequar indivíduos de maneira a distingui-los entre aptos e não aptos, como se estas considerações fossem sanar a vida dos envolvidos nestes diagnósticos estabelecidos. Para tanto a evolução desta área teve fundamental importância para que fosse considerada a subjetividade de cada sujeito, priorizando a qualidade do mesmo e não mais o limitando. O fortalecimento da PE foi estabelecido por meio de pesquisas e estudos de autores engajados na disseminação e reconhecimento desta, estes fizeram considerações que modificaram o viés e sua prática, ampliando o espaço de atuação profissional em vários ambientes educacionais.



Diante da globalização e desenvolvimento social, vemos a facilidade de inserção no ambiente acadêmico, por estar tendo um maior investimento governamental, visando o desenvolvimento do país, assim a oferta de vagas gerada pelos programas como o Prouni, Fies, Reuni, foi de fundamental relevância para a população diante da dificuldade que se tinha anteriormente em ingressar no ensino superior. Por meio da reformulação do Enem pôde-se mudar a maneira de aplicação do vestibular o que garantiu aos estudantes um leque de possibilidades na escolha dos cursos ofertados em instituições de ensino superior.

Portanto, a entrada da Psicologia Escolar visa à melhoria do ensino e qualidade deste, proporcionando suporte necessário para a evolução do aluno, estabelecendo formas de trabalhar a autonomia do sujeito enquanto discente, auxiliando o mesmo a tornar-se mais preparado para adentrar no mercado de trabalho. O psicólogo escolar neste contexto atuará de forma embasada na teoria sociointeracionista, atentando para o vínculo entre instituição e aluno, sendo mediador das relações interpessoais, a partir dos processos de mediação de Vygotsky, que fará do profissional um elo entre todos que compõem as IES.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia**: Geral e Brasil. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BERNI, R. I. G. **A construção da prática do professor de educação infantil**: um trabalho crítico-colaborativo. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. In: PLATAFORMA CAPES. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5808](http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5808)>. Acesso em: 31 out. 2014.

BISINOTO, C.; MARINHO, C; ALMEIDA, L. A atuação da psicologia escolar na educação superior: algumas reflexões. **Revista portuguesa de pedagogia**. Brasília, 2011. p.39-55.

BRASIL. **Lei Darcy Ribeiro (1996)**. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <[bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb\\_5ed.pdf](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf)>. Acesso em 1 out. 2014.

CARVALHO, T. O. **Atuação em Psicologia Escolar**: o desenvolvimento de competências para a mediação da escolha profissional de adolescentes em São Luís - MA. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. In: PLATAFORMA CAPES. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/3213>>. Acesso em: 31 out. 2014.

CASSINS, A. **Manual de psicologia escolar – educacional**. Curitiba: Unificado, 2007.

CASTRO, E. L. Psicopedagogia na educação superior: Uma perspectiva de atuação no cotidiano acadêmico. **Revista científica Aprender**, 4.ed. 2011. ISSN 1983-545. Disponível em: <<http://revista.fundacaoaprender.org.br/indexphp/id=142>>. Acesso em: 9 ago. 2014.

CORRÊA, J. R. A. **Psicologia escolar e educação superior**: investigação em uma faculdade de engenharia. 2011. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. In: PLATAFORNA CAPES. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/8955>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

CUNHA, S. M.; CARRILHO, D. M. O processo de adaptação ao ensino superior e o rendimento acadêmico. **Psicologia Escolar e Educacional**, v.9, n.2, 2005. p.215-224.

DELORS, J. *et al.* **Educação um tesouro a descobrir**. 2.eEd. Portugal: Edições ASA, 1996.

GUZZO, R. S. Formando psicólogos escolares no Brasil: dificuldades e perspectivas. In: WECHSLER, Solange Múglia (Org.). **Psicologia Escolar**: pesquisa, formação e prática. 3.ed. Campinas-SP: Alínea, 2008. Cap. 2. p.75-92.

INSTITUTO Nacional de Estudos Anízio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior**, 2013. Brasília: INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2014.

INSTITUTO Nacional de Estudos Anízio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior, 2013. Brasília: INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2011.

JOLY, M. C. R. A formação do psicólogo escolar e a educação no terceiro milênio. **Psicol. Esc. Educ.** (Impr.) [online], v.4, n.2, 2000. p.51-55. ISSN 1413-8557. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141385572000000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572000000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 3 ago. 20014.

LIMA, A. O. Breve histórico da psicologia escolar no Brasil. **Psicologia Argumento**, v. 23, n.42, Curitiba, 2005. p.17-23.

MACIEL, M. A. Leituras rebeldes: a presença de Maria Helena Souza Patto na História da Psicologia e da Educação. Departamento de Psicologia Social e Institucional/ UERJ, **Mnemosine**, v.8, n.2, Rio de Janeiro, 2012. p.331-336.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. A psicologia escolar nas diretrizes curriculares: espaços criados, desafios instalados. In: CAMPOS, Herculano Ricardo (Org.). **Formação em psicologia escolar**: Realidades e perspectivas. Campinas, SP: Alínea, 2007. Cap. 1. p.17-48.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. NEVES, M. M. B. J. Psicologia escolar: perspectivas e compromissos na formação continuada. In: CAMPOS, Herculano Ricardo (Org.). **Formação em psicologia escolar: Realidades e perspectivas**. Campinas-SP: Alínea, 2007. Cap. 3. p.69-87.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar na educação superior: Novos cenários de intervenção e pesquisa. In: MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria (Org.). **Psicologia Escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, prática e formação**. São Paulo: Alínea, 2009. Cap. 7. p.155-202.

MARTINS, O. B.; MOSER, A. Conceito de mediação em Vygotsky, Leontiev e Wertsch. **Revista Intersaberes**, 2012. v.7, n.13. p.8-28.

MINISTERIO da Educação – MEC. **Decreto Nº 5.7773**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, 2006.

MINISTERIO da Educação – MEC. Programa Universidade para Todos – Prouni. **Lei nº 11.096**, em 13 de janeiro de 2005. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

NEVES, M. M. B. J. Formação inicial em psicologia escolar: questões apontadas por alunos de graduação. In: CAMPOS, Herculano Ricardo (Org.). **Formação em psicologia escolar: Realidades e perspectivas**. Campinas-SP: Alínea, 2007. Cap. 2, p.49-67.

NOVAES, M. H. Repensando a formação e o exercício profissional do Psicólogo Escolar na Sociedade Pós-Moderna. In: ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de (Org.). **Psicologia Escolar: Ética e competências na formação e atuação profissional**. 2.ed. Campinas: Alínea, 2006. Cap. 6. p.127-146.

OLIVEIRA, C. B. E. **A atuação da psicologia escolar na educação superior**: proposta para os serviços de psicologia. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2011. In: PLATAFORMA CAPES. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/8955>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

PATTO, M. H. S. Prefácio. In: MACHADO, Adriana Marcondes; SOUZA, Marilene Proença Rebello de (Org.). **Psicologia Escolar: em busca de novos rumos**. 5.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

PILETTI, C.; PILETTI, N. **Filosofia e história da educação**. 15.ed. São Paulo: Ática, 2009.

PRESIDÊNCIA da República. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 20 out. 2014.

REGO, T. C. **Vygotsky**: Uma perspectiva histórico-cultural da educação. 23.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

ROSA, A. R. **Estudo exploratório acerca das concepções de formadores de psicólogos de Goiânia sobre a atuação da psicologia escolar na educação superior**. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009. In: PLATAFORMA CAPES. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/4379>>. Acesso em: 9 ago. 2014.

SAMPAIO, S. M. R. A Psicologia na educação superior: ausências e percalços. **Em aberto**, v.23, n.83, Brasília, 2010. p.95-105.

SERPA, M. N.; SANTOS, A. A. Atuação no ensino superior: um novo campo para o psicólogo escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, v.5, n.1, 2001. p.27-35.

SOUZA, P. N. P. **Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1991.

SOUZA, M. P. R. Reflexões a respeito da atuação do psicólogo no campo da psicologia escolar/educacional numa perspectiva crítica. In: CAMPOS, Herculano Ricardo (Org.). **Formação em psicologia escolar**: Realidades e perspectivas. Campinas-SP: Alínea, 2007. Cap. 7. p.149-162.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7.ed. São Paul: Martins Fontes; Selo Martins, 2007.

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ZANOLLA, S. R. O conceito de mediação em Vigotski e Adorno. **Psicologia & Sociedade**, v.1, 2012. p.5-14.

---

**Recebido em:** 31 de outubro de 2015

**Avaliado em:** 29 de fevereiro de 2016

**Aceito em:** 7 de março de 2016

---

---

1. Acadêmica do curso de psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT. Email: gonalvesadrielli@gmail.com

2. Acadêmica do curso de psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT. Email: marjory.everlyn@hotmail.com

3. Acadêmica do curso de psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT. Email: barbosa.may@hotmail.com

4. Docente do curso de psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT. Email: sandra.lamenha@gmail.com